

**Fontes iconográficas nos livros didáticos:
instrumentalizando a (re)produção da memória da Independência**

Ana Teresa de Souza e Castro da Purificação¹

*“O famoso cachimbo...
Como fui censurado por isso!
E entretanto...
Vocês podem encher de fumo,
O meu cachimbo?
Não, não é mesmo?
Ela é apenas uma representação.
Portanto, se eu tivesse escrito sob meu quadro:
‘isto é um cachimbo,
eu teria mentido.’”*

René Magritte

É interessante observar que a maneira como o pintor concebe e interpreta sua obra expressa uma concepção de mundo, de arte e também de história; suas palavras remetem a reflexões sobre a leitura das pinturas e demais representações iconográficas. No caso dessa reflexão, o olhar recai sobre o tratamento dado a imagem no momento de sua reprodução, já que sua inserção nesta ou naquela página, neste ou naquele capítulo conferem à obra um novo sentido. Na epígrafe citada, Magritte fornece elementos para um questionamento sobre a forma como as fontes são instrumentalizadas nos mesmos livros, ou seja, as reproduções são utilizadas enquanto representações, ilustram um conteúdo ou corroboram com as idéias de um texto? Que implicações elas têm para a criação e (re) criação da memória sobre a Independência do Brasil?

Durante a pesquisa desenvolvida no mestrado² sobre as mediações entre memória e história nos livros didáticos algumas pinturas históricas chamaram atenção. Não é somente a quantidade de vezes que são reproduzidas, mas a variedade de formatos que adquirem, a posição que ocupam nas páginas do livro, o capítulo em que estão inseridas, as legendas que recebem, a ausência de créditos e referências sobre a obra original; enfim, um complexo conjunto de variáveis para uma mesma obra de arte que interferem na (re)interpretação acerca do tema da Independência do Brasil.

Entre a listagem de reproduções dos doze livros estudados³, podemos citar obras de Giorgina de Albuquerque, Jean-Baptiste Debret, Pedro Américo Figueiredo e Oscar Pereira da Silva.⁴ O exercício a seguir é um fragmento desse estudo e aponta algumas das reflexões propostas na Dissertação em relação a análise das pinturas históricas. A opção pela obra *Sessão do Conselho*

de Estado, de Giorgina de Albuquerque se deu em função da mesma permitir novos desdobramentos e oferecer dados para futuras análises, privilegiou-se assim, a análise dos quatro livros em que ela foi reproduzida. São eles:

1. ALVES, Kátia Corrêa Peixoto e BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Nas trilhas da história*; v.3. Belo Horizonte: Dimensão, 1999.
2. CARMO, Sônia Irene Silva do e COUTO, Eliane F. B. *A consolidação do capitalismo e o Brasil Império*. São Paulo: Atual: 1997. (História Passado Presente; 3)
3. FARIA, Ricardo de Moura et alii. *História e Companhia*. Belo Horizonte: Editora LÊ: 1998. (7ª série)
4. MEDEIROS, Daniel H. de. *História & Interação*. Curitiba: Módulo, 1999. (volume 2: Ensino Fundamental)

Considerando o objetivo inicial de evidenciar o sentido que as pinturas adquiriram e suas implicações frente ao conhecimento histórico, levar-se-á em conta a forma como o tema da Independência do Brasil é apresentado e como as imagens, títulos e outros elementos que compõem as páginas do livro estão articulados com os textos explicativos.

“*Nas trilhas da história*”(Livro 1) apresenta o tema da independência como reflexo de uma crise na Europa e da vinda da corte portuguesa para o Brasil. Entre os seis capítulos da terceira unidade intitulada “*Os caminhos que levaram à independência do Brasil*”⁵, encontram-se idéias que envolvem o período entre 1808 e 1831 – ano da abdicação de D. Pedro I e término do processo de organização do Estado. Para a conquista da autonomia política e autogoverno, é necessário o enfrentando de tensões entre a elite “brasileira” e “portuguesa” que também se distribuem em dois grupos políticos no país: o dos “portugueses” e o dos “brasileiros”, divididos em separatistas e republicanos. A meta dos “brasileiros” se efetiva em 7 de setembro, tendo como protagonistas D. Pedro, José Bonifácio e o Visconde de Cairu, que diante da tentativa de recolonização por parte das Cortes portuguesas, lideraram o movimento de independência e separação.

Neste contexto estão inseridas 24 reproduções iconográficas e textuais, entre elas a obra “*Sessão do Conselho de Estado*”, acompanhada da legenda “*Reunião do Conselho de Estado com D. Leopoldina, princesa-regente do Brasil em 2 de setembro de 1822*” e reproduzida logo abaixo de um texto explicativo sobre a “*Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves*” e de outro sobre a “*Revolta em Pernambuco em 1817*”.

A reprodução sugere a construção de uma interpretação que responsabilize os homens por uma série de mudanças na história, de forma que sejam evidenciados alguns protagonistas e suas respectivas ações. Ao apresentar os acontecimentos e os fatos como elementos desencadeadores de novas situações, as ações políticas assumem um papel de destaque no conjunto interpretativo. São elas que desestabilizam e geram os conflitos, principalmente se relacionadas a fatores externos, ou seja, há decisões políticas impostas aos “brasileiros”. Apresentar aos leitores os “*caminhos da Independência*” significa prepará-los para receber uma grande notícia, no caso, a do rompimento com Portugal em 7 de setembro – marco importante para o início da “*organização do Estado brasileiro: 1822-1831*”, período no qual o Brasil se torna realmente independente, segundo as interpretações sugeridas pelo livro.

Já foram apontadas situações em relação a reprodução das imagens que dizem respeito à menção da data de produção, do autor, do local onde está a obra original ou outras informações necessárias para contextualizar o documento e estabelecer relações com o tema em questão. A ausência dessas informações está diretamente relacionada com questões metodológicas referentes à reprodução e ao tratamento dado às imagens, porém esta ausência torna visível outras funções, sentidos e implicações que a utilização dos documentos adquire na elaboração das interpretações, como é o caso do exemplo observados em “*Nas Trilhas da história*”.

Consultando o catálogo do *Museu Histórico Nacional*⁶ verifica-se que a obra foi produzida em 1922, recebendo o título original de “*Sessão do Conselho de Estado*”. Por outro lado, ao consultar a enciclopédia *Grandes Personalidades da Nossa História*, publicada pela Editora Abril em 1972, fonte para a maioria das reproduções desse livro nota-se que o título atribuído ao quadro na mesma enciclopédia e o texto da legenda presente no livro didático são os mesmos. Esse confronto sugere que a obra foi reproduzida para coincidir com um passado que não corresponde ao momento de sua produção, para ilustrar um acontecimento que está fora do assunto da página, ou até mesmo, para compor a diagramação.

No entanto, se o leitor não estiver atento à legenda que acompanha o quadro, poderá supor que a imagem refere-se aos assuntos tratados nos textos, já que o livro não apresenta nenhuma explicação sobre a relação entre esses diferentes contextos.

As informações sobre a obra estão em pequenas letras nas laterais, omitindo-se informações que poderiam ampliar as interpretações sobre o conteúdo, mas também sobre a forma e estética da pintura – aspectos relevantes para a contextualização e problematização dos documentos. Associada aos textos e acompanhada de dados que não são originais, evidencia-se a apropriação da obra de Giorgina cumprindo função ilustrativa no “layout” da página, ao mesmo tempo em que instrumentaliza a interpretação reforçando a imagem dos possíveis responsáveis pelo “fato”.

O Livro 2, “*História Passado Presente*”, também apresenta a independência como um dos resultados da crise que se estende entre os países europeus e suas colônias e fruto dos ideais presentes durante a Revolução Francesa. O livro reconstitui uma das versões valendo-se da intenção de recolonização por parte dos portugueses como fator que impulsionou um conflito com os brasileiros. Ao relatar as decisões da Cortes de Lisboa, enfatiza-se uma possibilidade que explica outras realizações que culminaram com a efetiva separação de Portugal. “*História passado presente*” ressalta fatos e interpretações que conferem ao sete de setembro o sentido de separação política, dependência econômica da Inglaterra e continuidade do sistema colonial.

Junto à obra de Giorgina de Albuquerque lêem-se textos intitulados “*Então, ‘eu fico*” e “*Enfim, a separação*” indicando a existência de grandes proprietários em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro que não queriam perder seus privilégios, temiam que houvesse uma guerra pela independência com a participação das camadas populares e de escravos e, por isso, propunham um país independente, porém governado por um monarca e com autonomia para tomar decisões políticas e fazer suas próprias leis .

A reprodução valida a interpretação (re)criada pelo livro em conjunto com a legenda “*A princesa D. Leopoldina, reunida com o Conselho de Estado, no dia 2 de setembro de 1822, diante dos documentos chegados de Portugal. Em pé, à direita, José Bonifácio de Andrada e Silva*”. Ao

passo que assume visualmente a intenção de provar a veracidade do acontecimento e reconstituir o passado, já que o texto apresentado faz referência à imagem: “*as cartas contavam que novas ordens tinham chegado a Lisboa, rebaixando a autoridade do príncipe a mero representante das cortes portuguesas no Brasil. Também alertavam D. Pedro de que as tropas estavam se preparando para impor, pela violência a vontade do governo de Lisboa*”⁷.

“*História e Companhia*” (Livro 3) transmite a sensação de um “todo harmonioso” que enfrenta situações desestruturantes a partir de 1820, diante da Revolução do Porto, da partida da família Real e da tentativa de recolonização pelas Cortes portuguesas. A Independência é considerada um momento de ruptura política, etapa necessária à manutenção de uma estrutura que só é consolidada com o reconhecimento da Independência pelo governo português, em 1825. À semelhança do livro “*Nas trilhas da História*”, o constante embate entre a colônia e a metrópole age como marco desestabilizador assumindo o caráter explicativo da relação de causa e consequência para os acontecimentos.

Para mostrar esse processo de conquista da autonomia política, o capítulo “*Independência do Brasil*” contém textos que relatam vários movimentos entre eles a revolta de Beckman, no Maranhão; a Guerra dos Emboabas, em Minas Gerais; a Guerra dos Mascates, em Pernambuco; os motins na Bahia e as revoltas em Vila Rica. A intenção de “*História e Companhia*” é mostrar um panorama do qual participaram “*grandes homens capazes de se oporem ao domínio português*”⁸. No entanto, as divergências existentes entre os membros da elite colonial não se destacam a ponto de romper com a estabilidade. Nesse sentido, ao compor a primeira página do Capítulo “*Sessão do Conselho de Estado*” não somente evidencia a oposição entre a colônia e metrópole, como aponta a capacidade da elite para resolver e liderar os conflitos. Além disso, a obra é uma indagação sobre a participação política das mulheres no período da Independência, mais incidente entre as mulheres da Corte, indicando um questionamento em relação ao ano de sua produção que coincide com a comemoração do Centenário da Independência em 1922.

No contexto em que essa e as outras obras do livro, foram reproduzidas, não é possível desvincular os “fatos” das interpretações aos quais o conjunto do livro remete e as intenções pretendidas, considerando-se a proposta metodológica, a organização do conteúdo e a abordagem sobre o tema da Independência do Brasil. Não há orientações de como analisá-los ou informações que permitam relacionar o acontecimento retratado com o momento de sua elaboração. Os traços, a posição dos elementos, as expressões faciais, a articulação entre formas e sentidos, o papel que a legenda desempenha ao reforçar o significado da imagem e os símbolos fazem parte da historicidade desses documentos. Essa situação evidencia que as reproduções neste livro didático foram tratadas com o mesmo estatuto, como se não houvesse diferença entre elas. Ao articularem “fato” e “personagem” valeram-se de “ícones” presentes no imaginário coletivo. A interpretação remete à figura de D. Pedro I como aquele capaz de resolver o maior conflito entre a colônia e a metrópole indicando que ele foi um dos “*grandes homens capazes de se oporem ao domínio português*”, ainda que outros protagonistas tenham colaborado com o processo não há questionamento do “fato” consagrado pela memória / história.

“*História e Interação*” (Livro 4) apresenta uma variedade intensa de documentos históricos, vinte documentos iconográficos e vinte e um escritos - uma média de 1,1 documentos em cada uma das trinta e oito páginas estudadas. As imagens ganham dimensões e disposições diferentes: servem de plano de fundo, de ícones para as páginas, ocupam pequenos ou grandes espaços, ao lado ou por baixo de textos e legendas explicativas. Os sentidos provocados pelas imagens, em geral desdobradas e recortadas ou servindo de ícones nos cabeçalhos e rodapés das páginas, são sempre confirmados pelos documentos escritos e vice-versa. Os documentos escritos estão cercados de fontes que compõe a interpretação garantindo a legitimidade “àquilo que foi contado” e podem ser lidos em todas as páginas da unidade e abrangem desde textos de época, como cartas e relatos de viajantes, até os produzidos pela historiografia durante os séculos XIX e XX.

O processo de independência delimita-se entre 1808 e 1831; todavia, a consolidação do Estado nacional só viria mais tarde, com D. Pedro II no poder. Reflexo da crise no *Antigo Regime*

da Europa no final do século XVIII e internamente, de uma “trama” elaborada por grupos nacionais que aspiravam mudanças em relação ao controle administrativo⁹, a Independência é caracterizada como separação política de Portugal, fator essencial para a manutenção da estrutura agrária e escravista, favorecendo a continuidade da dependência econômica inglesa. Em 1821, surge um novo espaço de oposição e conflito gerado pelo efeito da pressão recolonizadora - o elemento provocador da autonomia política - só que agora entre as Cortes portuguesas e a elite “brasileira”.

A obra de Giorgina de Albuquerque faz parte desse contexto e sua legenda dá voz aos protagonistas: “*Sessão do Conselho do reino a 2 de setembro de 1822. Diante das últimas ordens provenientes da Cortes Portuguesas, D. Leopoldina, esposa de D. Pedro, comentou: ‘Os frutos já estão maduros. Já é hora de colhê-los’. O que ela quis dizer com isso?’*”

Nesse livro didático a reprodução da obra reforça a interpretação escrita, mas seu sentido está atrelado a outras imagens já que estas assumem proporções bem diferentes. Uma delas, “*Sessão das Cortes de Lisboa*”, de Oscar Pereira da Silva, é colocada como plano de fundo para o texto com a seguinte legenda: “*A pressão recolonizadora das Cortes foi o ‘mote’ da Independência brasileira.*”¹⁰ Além da manipulação gráfica da pintura, observa-se que a cada capítulo do livro o número da página está acompanhado de um ícone: um carreiro retirado da tela “*Independência ou Morte*”, de Pedro Américo assume o papel de protagonista. Através do tratamento dado à imagem e às cores durante a reprodução, alguns personagens parecem estar em relevo descaracterizando a produção em relação ao original. O uso desse recurso gráfico atribui à imagem um caráter cenográfico, inclusive porque ela também ocupa duas páginas no início da Unidade:

Os protagonistas se destacam, à medida que os elementos que compõem os livros didáticos se entrelaçam e certificam as vertentes da interpretação que se quer contar aos seus leitores. Junto com outras fontes a obra de Giorgina de Albuquerque foi reproduzida para completar idéias, revelar concepções, justificar explicações contidas no texto elaborado por “*História e Interação*”.

Ainda que esse texto seja fragmento de um estudo maior, fica evidente que nos livros didáticos as tipologias e funções textuais se misturaram com as reproduções das pinturas oferecendo

elementos para a discussão sobre a complexa relação entre a estrutura dos textos presentes nos livros didáticos, o conhecimento sobre o tema e a memória da Independência.

Gruzinsky¹¹ ao sugerir um trabalho com história da arte rompendo com a biografia do pintor e permitindo que se aflorem as contradições artísticas que convivem numa mesma época, critica a classificação das obras pelas escolas artísticas. Para o autor esse tipo de história da arte tende a classificar a partir da norma clássica o que está dentro ou fora do padrão – ou, aquilo que é bom ou ruim. Esse tipo de historiador não vê quem produziu, para quem, com quais intenções, quais soluções plásticas que o pintor tem para os problemas de sua obra, questões de volume, forma, sombra, quem consome suas obras, se existem outras semelhantes ou não.

As pinturas e imagens em geral, constroem símbolos pela composição plástica por isso são muito mais do que ilustrações e as imagens permitem a visualização de representações do imaginário coletivo tornando-se referenciais da memória sobre o tema da Independência. O olhar sobre os traços, as linhas, a simplificação das cores, o lugar que os elementos estilísticos ocupam na pintura ou em qualquer outro tipo de imagem, raramente foram relevados nos livros didáticos analisados. Todos esses aspectos, inseridos no contexto do livro didático, podem explicar contradições ou serem motivos para o levantamento de problemáticas a partir da reflexão dos alunos – condições para que as diferenças e o caráter dinâmico entre o movimento de independência e da separação fossem discutidos enquanto formas de representações sociais. Isto significa que o livro didático pode ser analisado enquanto material que traz consigo representações, porém, sendo por natureza um produto do seu tempo, é um gerador de sensações e interpretações sobre o conhecimento histórico. As preocupações de Elias Thomé Saliba complementam esta leitura, o autor revela o quanto, num mundo permeado pelas imagens, as experiências reais são substituídas pelas representações dessas experiências:

“Um bombardeio contínuo de imagens em velocidade afasta-nos cada vez mais do mundo real e tende a diminuir o espaço temporal de nossas experiências: é comum encontrarmos pessoas que conhecem melhor os personagens das novelas televisivas do que seus próprios vizinhos. A indústria cultural chega até a incorporar algumas experiências sociais, promovendo, não raro, desdobramentos e repercussões; mas depois, pelo seu próprio metabolismo de iconização e repetição infinita, a representação destrói, esvazia ou banaliza estas experiências.”¹²

Pode-se dizer que as interpretações também foram “iconizadas”, ou seja, através das reproduções tornaram-se símbolos rapidamente identificados. O fato dos “ícones” servirem como referenciais, não significa que estão sendo questionados, apesar disso, são elementos mediadores entre as experiências do passado e os novos questionamentos do presente.

Circe Bittencourt¹³ destacou que alguns pesquisadores franceses têm recuperado, a partir dos manuais escolares do século XIX e início do século XX, o acervo iconográfico que se constituiu no período, e o papel que desempenhou na configuração de uma memória histórica incorporada por amplos setores escolares. Por outro lado, a autora referiu-se também à evolução das técnicas gráficas e ao acompanhamento das transformações e da caracterização dos tipos de imagens na composição dos livros de História.

Partindo desse pressuposto, o que pode ser no mínimo intrigante, é que na composição entre linguagem escrita e visual surgem eventuais conflitos interpretativos na medida em que os elementos perdem a sua característica original quando reproduzidos. Ao mesmo tempo, os documentos exercem uma figuração, estruturam a página, dão colorido e quebram a monotonia das letras, tornando o livro didático mais atraente. Nesse aspecto, a utilização das fontes iconográficas, entre pinturas, charges, caricaturas, mapas e outros documentos escritos sugerem novas interpretações. Oferecem um conjunto de interpretações que constituem a memória construída e a ser construída no momento de sua utilização em sala de aula: espaço para o trabalho da memória da Independência - que está em constante processo de (re)construção.

¹ Bacharel e licenciada em Pedagogia e História; mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

² É importante ressaltar que a proposta da pesquisa foi a análise integral dos livros selecionados considerando todas as reproduções iconográficas e textuais, bem como a proposta metodológica dos autores, a concepção de história e de independência e suas implicações na interpretação acerca do tema. PURIFICAÇÃO, Ana Teresa de Souza e Castro da. *(Re)criando interpretações sobre a Independência do Brasil: um estudo das mediações entre memória e história nos livros didáticos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. (Dissertação de mestrado).

³ Os livros analisados foram classificados no *GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. 5ª a 8ª Séries* para o PNLD / 1999. São eles: 1. ALVES e BELISÁRIO. *Nas trilhas da história*; v.3. Belo Horizonte: Dimensão, 1999. 2. AQUIN,; LOPES e PIRES,., *Do mundo indígena ao período regencial no Brasil*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1994. (Você é a história) 3. CARMO e COUTO. *A consolidação do capitalismo e o Brasil Império*. São Paulo: Atual: 1997. (História Passado Presente); 3) 4. COTRIM, Gilberto. *História & Consciência do Mundo - Da Idade Moderna ao Mundo Atual*. 11ª ed., São Paulo: Saraiva: 1997. (8ª série) 5. DREGUER e TOLEDO. *História: Cotidiano e Mentalidades. A Afirmação Européia*. São Paulo: Atual, 1995. (7ª série) 6. FARIA et aliii. *História e Companhia*. Belo Horizonte: Editora Lê: 1998. (7ª série) 7. FERREIRA, José Roberto Martins. *História*. Edição Reformulada. São Paulo: FTD: 1997. (7ª série) 8. FURTADO e VILLA. *História do Brasil - Da Independência aos Nossos Dias*. São Paulo: Moderna, 1997.

-
- (6ª série) 9. GARCIA, Ledonias Franco. *Estudos de história: Sociedades contemporâneas*. 2ª ed. rev. Goiânia: Editora da UFG, 1998. (8ª série) 10. MACEDO, José Rivair. *Brasil - Uma História em Construção*. São Paulo: Brasil, 1996. (5ª série) 11. MEDEIROS, Daniel H. de. *História & Interação*. Curitiba: Módulo, 1999. (volume 2: Ensino Fundamental) 12. RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. *Brasil: encontros com a História*. São Paulo: Editora do Brasil, 1996. (volume 2) Cf. *GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS. 5ª a 8ª Séries* Brasília: Ministério da Educação e do Desporto – MEC / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, 1998.
- ⁴ ALBUQUERQUE, Giorgina de. *Sessão do Conselho*. Óleo sobre tela; assinado; 1922; 2600 x 2070 mm. MHN, R.J.; DEBRET, Jean-Baptiste. *Aclamação de D. Pedro I no Campo de Santana e Partida da Rainha para Portugal*. Ambas do acervo IEB / USP.; FIGUEIREDO, Pedro Américo. “*Independência ou Morte*”. Óleo sobre tela, 4150 x 7400 mm. 1888, MP / USP.; SILVA, Oscar Pereira da. *Sessão das Cortes de Lisboa*. (09 de maio de 1822) e *Fragata União*. 512 X 320 mm, 1922, ambas do acervo MP / USP.
- ⁵ ALVES e BELISÁRIO. Ob. Cit. p. 104-137.
- ⁶ *MUSEU HISTÓRICO NACIONAL*. São Paulo: Banco Safra. 1989. p. 74.
- ⁷ CARMO e COUTO. Ob.Cit. p. 74-75.
- ⁸ FARIA, Ricardo de Moura et aliii. p. 57-58.
- ⁹ MEDEIROS. Ob. Cit, p. 13-14.
- ¹⁰ Cf. MEDEIROS. Ob. Cit. p. 38.
- ¹¹ GRUZINSKY, Serge. *La guerra de las imágenes. De Cristóbal Colón a Blade Runner (1492 – 2019)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- ¹² In. SALIBA, Elias. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. In. *Anais do II Encontro Perspectivas do Ensino de História*, São Paulo: FEUSP, 1996, p.157.
- ¹³ Cf. BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In. BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998. (Coleção Repensando o Ensino), p.74.